

FUNDAMENTALISMO, COMPLEXIDADE E INCLUSÃO. CONTRIBUTOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

FUNDAMENTALISM, COMPLEXITY AND INCLUSION. CONTRIBUTION FOR NA INCLUSIVE EDUCATION

David Rodrigues¹

Resumo

Este artigo destaca as principais características de um pensamento fundamentalista e a inadequação das suas soluções para os problemas de sociedades complexas, e de complexidade crescente, como aquelas em que vivemos. A partir da distinção estabelecida entre o fundamentalismo e a teoria da complexidade, problematiza-se o conceito de inclusão, afastando-o de perspetivas que lhe reduzem o sentido. Por fim, extraem-se algumas linhas de pensamento que podem contribuir para entender melhor e promover uma Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Fundamentalismo; Teoria da complexidade; Inclusão; Educação inclusiva.

¹ Conselheiro Nacional de Educação, Presidente da Pró-Inclusão, Professor Catedrático (Ap.). Portugal.

Abstract

This article highlights the main aspects of a fundamentalist thinking and the inadequacy of the solutions for the problems of complex societies, and increasingly complex, as those we live in. Based on the distinction between fundamentalism and the theory of complexity, the author debates the concept of inclusion, detaching it from the perspectives that limit its meaning. Finally, he presents some lines of thought that may help to better understand and promote an Inclusive Education.

Keywords: Fundamentalism; Theory of complexity; Inclusion; Inclusive education.

1. Introdução

O filósofo Francis Fukuyama publicou em 1992 um livro intitulado *O Fim da História*. Este livro, escrito no rescaldo da queda do Muro de Berlim, defendia que o mundo já tinha aprendido a lição. Depois das experiências ditatoriais, depois das guerras mundiais, depois de, segundo o autor, terem sido superadas e tiradas as lições de todo um conjunto de experiências sociais, a humanidade estaria na senda de uma sociedade sem grandes conflitos, sem convulsões e em que os valores da democracia liberal e a economia de mercado seriam inquestionáveis e triunfantes. Desta forma estaríamos perante o fim da história, ou melhor, no fim de uma história esculpida a golpes de enormes antagonismos e conflitos.

Não foram precisos muitos anos para que a ideia do fim da história fosse desafiada. O eclodir dos movimentos fundamentalistas em todo o mundo (dos quais o fundamentalismo árabe foi o que assumiu maior visibilidade) lembrou que, afinal, os conflitos que Fukuyama tinha profetizado como definitivamente resolvidos e extintos recrudesciam e faziam-se presentes e atuantes. Os movimentos fundamentalistas acordaram conflitos que, na lógica dos países ocidentais, pareciam definitivamente ultrapassados. Este violento acordar acabou por desencadear novos fundamentalismos,

uma vez que as respostas que foram dadas aos movimentos fundamentalistas acabaram, elas próprias, por se enfileirar em valores muito semelhantes aos que procuravam combater. Veja-se a propósito como os movimentos políticos mais ligados à direita política radicalizaram as suas posições quando procuraram ripostar a movimentos fundamentalistas. Pensamos que não é sequer necessário citar exemplos de países europeus sobre estas respostas, cuja dimensão chegou a pôr em dúvida se os Direitos Humanos não estariam a ser questionados.

Neste artigo vamos procurar caracterizar o fundamentalismo e discutir de que modo ele se distingue de uma teoria da complexidade. A partir desta distinção, falaremos de Inclusão e de como ela se situa perante estas duas realidades. Concluiremos este texto procurando extrair algumas linhas de pensamento que poderão contribuir para entender a premência do desenvolvimento de uma Educação Inclusiva.

2. Fundamentalismo

O termo *fundamentalismo* é criado para designar correntes de pensamento que, inicialmente oriundas do campo religioso, procuravam promover um regresso à pureza das origens, isto é, a encontrar uma “verdade”, “pura”, única e inquestionável. Cabe dizer que, ainda que o termo *fundamentalismo* tenha sido criado no início do século XX e no âmbito do debate religioso, isso não exclui a existência do pensamento fundamentalista antes dessa data. Esta procura de uma verdade hegemónica existiu (e muito frequentemente...) na História da Humanidade, e não só oriunda do campo religioso. Para o âmbito deste artigo, interessa-nos realçar que, quando se evoca uma posição fundamentalista, isso significa defender uma visão que se pretende inflexível e que adere a uma única leitura de uma dada realidade. Por exemplo, o fundamentalismo religioso – sobretudo o das três religiões “do livro” – apresenta os seus textos inspiradores como sendo textos sagrados, inspirados diretamente pela divindade, e que por isso devem ter uma leitura literal e não sujeita a diferentes interpretações ou mesmo a leituras que realcem o contexto histórico ou literário em que foram escritos.

Hoje, falamos de fundamentalismo muito para além desta perspetiva religiosa e deparamo-nos com o aparecimento e desenvolvimento de um pensamento fundamentalista que, nunca tendo estado completamente ausente, parece viver presentemente algum florescimento, não só no campo religioso, mas também no campo político.

Consideraremos três aspetos fulcrais do pensamento fundamentalista.

O primeiro é a **desvalorização do contexto** em que os fenómenos sociais ocorrem. Tenho designado esta perspetiva por *presentismo*, no sentido em que só o imediato, o presente, só o visível e o óbvio parecem importar a este pensamento fundamentalista. A famosa resposta do Presidente norte-americano Donald Trump à pergunta sobre o que achava do aquecimento global do planeta é icónica sobre este aspeto. Ele respondeu: “*Eu não me preocupo com isso, quando ficar quente demais, ligo o ar condicionado*”. Não interessa o que está para além do ato imediato, automático, acrítico de “ligar o ar condicionado”. Assim, o fundamentalismo não contextualiza os assuntos em análise. A história não é relevante, as circunstâncias em que o facto ocorre não são relevantes, as polémicas e as diferentes opções são consideradas como uma perda de tempo. Tem sido repetidamente apontado o carácter “anti-intelectual” do fundamentalismo. Ainda recentemente, o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, acusou os educadores brasileiros de “intelectuais” sem conhecimento da realidade. Esta luta contra os intelectuais é, no fundo, a afirmação deste *presentismo*, isto é, a ideia de que toda a história, contextualização e debate à volta de um assunto é tempo perdido e impede que sejam tomadas medidas imediatas e eficazes. O debate e o conhecimento são vistos como empecilhos à ação, e os processos sociais, económicos, educacionais, etc., são encarados como fenómenos simples, que precisam de uma análise simples, imediata e não complexa.

Um segundo aspeto do fundamentalismo é a **recusa da diversidade**. O fundamentalismo recusa o multilateralismo, isto é, a confluência de múltiplos entendimentos, múltiplas contribuições e perspetivas para entender um fenómeno

forçosamente complexo. Desconsidera-se a existência de várias perspetivas de igual dignidade para entender um determinado fenómeno. O fundamentalismo procura um pensamento – “o” pensamento – e desvaloriza todas as outras opiniões, que são consideradas erradas. Talvez por este facto o fundamentalismo ande tantas vezes de mãos dadas com regimes e ambientes totalitários e ditatoriais: só é possível impor este pensamento único a pessoas que pensam diferente de uma forma autoritária e “musculada”.

A recusa da diversidade assume três pontos importantes: antes de mais, a desvalorização e **segregação das pessoas e culturas** que não sejam concordantes com a visão oficial e “fundamental” de um dado fenómeno. Esta segregação e mesmo aniquilação está bem presente em regimes políticos fundamentalistas como os da Coreia do Norte de Kim Jung-un ou das Filipinas de R. Duterte, no que respeita às pessoas toxicodependentes, com diferentes identidades sexuais, etc.

Recusar a diversidade implica também a **procura da homogeneidade**. A homogeneidade não pode ser encontrada em humanos a não ser que sobre eles se exerça uma cultura repressiva. Quer dizer, se quisermos tornar um grupo humano homogéneo, isso só pode ser – e aparentemente – conseguido à custa da asfixia de ideias, hábitos e culturas de cada um desses humanos. O fundamentalismo procura a homogeneidade e que essa homogeneidade esteja perfeitamente identificada com “as ideias certas”, isto é, com o ideário fundamentalista. Assim, procurar a homogeneidade é uma forma agressiva de fundamentalismo pela recusa da diversidade biopsicossocial humana e pelo desiderato de impor um código de ideias, de espaço, de tempo, de hábitos, etc., que sejam iguais para todos.

A recusa da diversidade reveste-se ainda de outro aspeto, que é a **procura de uma determinada perfeição**. A diversidade é considerada pelo ideário fundamentalista como um desvio, uma imperfeição, uma “mistura” confusa de pessoas, ideias e culturas que deveriam estar separadas. Assim, quando se procura a homogeneidade, procura-se uma determinada ideia de perfeição; uma perfeição em que cada pessoa e cada grupo

social ocupa o seu lugar e assume o seu papel pré-determinado na sociedade e no mundo. Este assunto é extremamente vasto, mas como exemplo poderíamos considerar a luta pela igualdade de género que, em nome de uma sociedade organizada e impermeabilizada à volta dos papéis sociais, remeteu as mulheres para uma subalternidade que hoje consideramos vergonhosa, ao nível da sua participação em todos os aspetos da sociedade, nomeadamente na política. Procurar esta “perfeição” só pode, tal como a procura da homogeneidade, ser conseguida à custa de uma enorme violência simbólica e real.

Um terceiro aspeto do fundamentalismo é a **recusa da complexidade**. É inevitável falar da obra de Edgar Morin (*“Introdução à Teoria da Complexidade”*) que enunciou e estabeleceu as bases conceptuais da complexidade. Faz sentido hoje em dia olharmos o mundo sob a ótica da complexidade por duas razões principais: por um lado, vivemos em sistemas sociais com um enorme grau de incerteza, e esta incerteza é a principal fonte de complexidade; por outro lado, o número de interações que se geram em situações sociais é enorme, e são estas interações – e não o número de elementos presentes – que determinam o grau de complexidade. Assim, entendemos melhor a pertinência de uma perspetiva de complexidade quando constatamos a imprevisibilidade dos percursos das sociedades e o número exponencial de interações que elas geram. Edgar Morin fala de vários princípios da sua teoria da complexidade, mas referir-nos-emos sobretudo a três deles:

As **relações sistémicas** fazem com que múltiplos contextos se entrelacem e estabeleçam relações entre eles. Estas relações estabelecem-se numa lógica de “rede”, isto é, numa lógica não hierárquica, mas de disseminação, influência e interação entre estruturas que, sendo diferentes na natureza, comunicam horizontalmente e se apresentam como integrantes de um mesmo sistema relacional.

A **auto-organização** é outro dos princípios que explicam como os diferentes sistemas se organizam a si próprios procurando o seu espaço, a sua lógica e a sua pertinência.

Daí que numa sociedade complexa se criem estruturas e sistemas que não foram planeados e previstos, mas que tão-só resultam da interação de vários elementos.

Por fim, realçaríamos a importância do princípio da **incerteza** que nos adverte para a imprevisibilidade das nossas ações. Num sistema complexo não se verifica o efeito ação-reação; isto é, uma determinada ação, mesmo propositiva e deliberada, pode não originar os efeitos que se pretendiam. Assim, existe uma imprevisibilidade inerente às ações que se desenvolvem, sendo frequente, por exemplo, que pequenas ações conduzam a grandes alterações e grandes intervenções originem resultados modestos ou até que uma ação concebida com um objetivo preciso venha a obter resultados completamente inesperados.

Vivemos, obviamente, em sociedades complexas e de complexidade crescente. O número e a incerteza das relações nas nossas sociedades afetam todos os domínios sociais, em particular – e é esse o nosso interesse central – a **Educação**.

3. Inclusão

A adesão das sociedades contemporâneas ao conceito de inclusão é inquestionável. Este conceito está presente nas mais variadas áreas da nossa vida social: fala-se de uma sociedade inclusiva, de uma escola inclusiva, de uma saúde inclusiva, de uma segurança social inclusiva e até... de menus de restaurantes inclusivos e bagagem inclusiva.

Numa aceção comum, “inclusivo” querera significar que todos podem ter acesso, que tudo está incluído, “*all included*”. Por detrás desta aceção comum e benigna, levantam-se outras questões que, se não forem diretamente respondidas, porão em causa o conceito de inclusão.

Uma primeira questão seria: “**O que é preciso para que algo seja qualificado como suscetível de ser incluído?**” Recentemente, uma responsável de uma escola privada que recruta os seus alunos através de uma rigorosa seleção, dizia que a sua escola era “inclusiva”. Foi-lhe perguntado: “*Inclusiva, como?*”. A resposta foi: “*Incluímos todos os*

alunos que se identifiquem com a ideia e a missão da nossa escola”. Esta ilustração permite-nos questionar este primeiro obstáculo à inclusão: a inclusão é frequentemente encarada como uma prerrogativa de quem se qualifica para poder ser incluído. E podemos dar exemplos: para quem tem uma dada nacionalidade, para quem tem trabalho fixo e remunerado, para quem tem poder económico, para quem tem determinadas características étnicas, etc.

Uma segunda questão é: “**Inclusão para quê?**”. Se não forem respeitados percursos diferentes, se não for assegurado o direito a ser diferente, estar incluído pode ser uma forma de acabar com a diversidade. A inclusão pode ser um chamariz para que pessoas diferentes acedam e concordem em dissolver a sua cultura num *mainstream*, isto é, em abdicar das suas características. A Inclusão não pode existir para acabar com as diferenças, mas sim para fazer com que estas diferenças (individuais, comportamentais, culturais...) encontrem formas de se unirem no que lhes é comum e de aprenderem e se respeitarem naquilo que são diferentes. Fazer a apologia da Inclusão sem assegurar uma diferença de tratamento, sem assegurar o respeito pela diversidade, é uma caricatura da Inclusão.

Uma terceira questão é: “**O que é estar incluído?**”. Frequentemente se confunde “estar incluído” com ter acesso a “estar lá”. Dado o conhecido percurso que as nossas sociedades fizeram de exclusão, discriminação e segregação, não é de estranhar que fiquemos muitas vezes satisfeitos com esta singela possibilidade de acesso. Quantas escolas acham, por exemplo, que o facto de terem construído rampas que permitam o acesso de alunos em cadeira de rodas as torna inclusivas? Ou que permitir a matrícula a alunos com deficiência intelectual é suficiente para se intitularem inclusivas? Na verdade, a inclusão tem de ser muito mais que isso: tem de ser mais que o acesso a um determinado serviço ou comunidade, tem sobretudo de capacitar as pessoas para se sentirem participantes de pleno direito num determinado grupo ou comunidade. Este “sentido de pertença” é certamente o desafio mais exigente da Inclusão. O acesso pode resolver-se com uma medida pontual e legislativa, mas o sentido de pertença só se consegue com medidas continuadas, propositivas e pedagógicas. Encontramos muitas

vezes responsáveis que acham que, resolvido o acesso, o sentido de pertença é inerente, lógico e inevitável. A essas pessoas convém lembrar o processo de entrada dos primeiros estudantes negros em escolas de alunos brancos nos Estados Unidos. Em 1960, para Ruby Bridges, uma menina afroamericana, não foi suficiente ter sido publicada uma lei para ela ser aceite numa escola frequentada por alunos brancos. Por aí vemos que não é suficiente assegurar o acesso; é fundamental que a seguir ao acesso se trabalhe incansavelmente até que seja possível a real participação e pertença.

4. Juntando as peças...

Relembrando o percurso deste texto, falámos sobre três matérias que agora cabe ligar e descortinar quais os pontos em que os seus contactos nos podem levar a melhor entender a Inclusão em Educação.

Enunciaríamos estas ligações em oito pontos:

1. Reconhecer o quão insidioso é hoje o ideário fundamentalista; como é tão comum ouvirmos dizer que assuntos complexos se resolvem com medidas simples; os apelos às decisões “musculadas”. T. Popkewitz já nos tinha alertado para este facto, ao dizer que “não se podem resolver problemas complexos com soluções simples”.
2. Talvez o recrudescimento do fundamentalismo seja uma tentativa de reduzir a complexidade. Ao pretender que toda gente cultive a homogeneidade, ao rejeitar o multilateralismo, o fundamentalismo procura uma certa perfeição que talvez esteja cansado de não encontrar em sociedades complexas. A perfeição pela ausência de diversidade, a perfeição pelo isolamento, a perfeição pela abolição da polémica.
3. Assim, o fundamentalismo e a complexidade encontram-se em campos opostos da discussão social. Um, procurando uma verdade que seja um

fundamento, a base sobre a qual todas as coisas coerentemente e consistentemente se construirão; a outra, entendendo que as sociedades são contextos complexos, heterogêneos, com desenvolvimentos imprevisíveis e que nem poderia ser de outra maneira dada a diversidade humana.

4. O desenvolvimento de ambientes inclusivos é frequentemente questionado com base em premissas fundamentalistas. Exemplos: a) deveria haver uma metodologia específica e exclusiva para trabalhar com alunos com condições de deficiência? b) a inclusão é compatível com a existência de turmas separadas em função de determinadas características dos alunos? c) a participação dos alunos deveria ser planeada em função das suas possibilidades de participar numa aula ministrada de forma igual, “homogénea”, para toda a classe?
5. A Inclusão deve ser entendida, não só como acesso, mas como participação e sentido de pertença; deve ser entendida como uma prática complexa, isto é, um processo sistémico, auto-organizado e incerto. Cabe obviamente a toda a escola fazer com que todas as intervenções e ambientes criados sejam os que na melhor competência de todos sirvam e promovam a inclusão, mas sempre deverá ser deixada uma margem para a incerteza e auto-organização que um processo tão complexo implica.
6. Não é provável que todos os meios, toda a formação, todos os recursos, em suma, todas as condições estejam reunidas – e atempadamente – para que a Inclusão se possa desencadear. A construção de uma escola inclusiva é um processo de grande complexidade, pelo número de variáveis e pelas interações dos diferentes atores. A Inclusão não procura deliberadamente a incerteza, mas tem certamente de lidar com ela, com ambientes rapidamente mutáveis, com soluções que pareciam certas ontem e menos certas hoje.

7. Assumir que vivemos numa sociedade complexa e que se afasta da uniformidade do fundamentalismo não nos deve – pelo contrário – alijar da responsabilidade de reivindicar, de lutar por mais e melhores meios para a Inclusão. Como vimos, uma inclusão que não aposte na diversidade, de Inclusão só tem o nome... Para diversificar valores e práticas de uma forma consistente e permanente, é essencial assegurar um conjunto de modificações que constituam mudanças radicais na forma como as escolas ensinam e educam.
8. Estas modificações são numerosas, mas realçaríamos três delas: a) uma nova política de formação de professores, que lhes permita encarar desafios novos com mais confiança; b) uma política de recursos organizacionais, humanos e materiais que fortaleça a confiança da escola em educar competentemente todos os seus alunos; a existência de profissionais especializados em apoiar tanto a diversidade do currículo como as dificuldades personalizadas dos alunos é, nesta matéria, essencial; e c) uma nova perspectiva curricular que dê novos significados ao que é ensinar e aprender.

5. A encerrar...

Existe algo de saudosista no fundamentalismo. De certa forma, o fundamentalismo não é utópico no sentido de ver os seus objetivos projetados no futuro, mas sim *retrópico*, na medida em que o seu ideal é um regresso, um retrocesso, a uma realidade que se entende como perfeita, não polémica e benigna. Este saudosismo é uma forma velha de ver o mundo. Sempre existiram pessoas que fogem para o passado para evitar encarar, questionar e negociar o presente. Passar o tempo a verberar o presente e a augurar futuros catastróficos é uma forma de omissão que é obviamente legítima, mas que se revela muito comodista e demissionária face à dimensão, complexidade e urgência dos problemas que enfrentamos no presente.

Olhar a Educação à luz da complexidade pode constituir uma ajuda para compreender que a Educação não procura a perfeição homogénea, nem trocar a vivacidade do debate sobre “o humano” pelas “certezas” ideológicas isolacionistas. A Educação procura, pelo contrário, numa sociedade que muda vertiginosamente em termos de complexidade e imprevisibilidade, encontrar os melhores caminhos que proporcionem uma *praxis* ética, competente e inclusiva para todos os alunos.

A Inclusão, neste aspeto, não pode existir sem uma profunda modificação do trabalho que se faz na escola. Repensar quais as competências que são essenciais para os nossos jovens de hoje, construir uma comunidade de aprendizagem (em que todos ensinem, aprendam e sejam ouvidos), pensar de que modo a revolução das Tecnologias Digitais pode ser um salto positivo na nossa humanidade. Contrapomos a consciência e a correção do erro a uma pedagogia transmissiva; ensinamos a compreensão e não a distinção; ensinamos a enfrentar as incertezas em lugar de ensinar verdades absolutas.

Construir uma Escola Inclusiva é talvez a melhor forma de lutar contra o fundamentalismo porque tudo – desde os valores às práticas – é antagónico entre estas duas ideias do mundo.

Por isso, a promoção de uma Educação Inclusiva é também uma luta civilizacional, que não esquece de onde viemos, que analisa onde estamos para nos ajudar a perceber para onde queremos ir. É bom lembrar isto, agora que comemoramos os 70 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Referências bibliográficas

Fukuyama, Francis (1999). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.

Morin, Edgar (2008). *Introdução ao Pensamento Complexo*, 5.^a ed. Lisboa: Instituto Piaget.

Popkewitz, Thomas S. (1997). *Reforma Educacional: uma política sociológica – Poder e conhecimento em educação*. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas.

Article received on 17/08/2019 and accepted on 30/03/2020.

Creative Commons Attribution License | This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC BY). The use, distribution or reproduction in other forums is permitted, provided the original author(s) and the copyright owner(s) are credited and that the original publication in this journal is cited, in accordance with accepted academic practice. No use, distribution or reproduction is permitted which does not comply with these terms.